

RACISMO E RESPEITO NO CONTEXTO ESCOLAR: CONCEPÇÕES DE DIRETORES À LUZ DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA

Sabrina Lima Ramos¹, Francismara Neves de Oliveira²

Resumo

O racismo, enquanto estrutura enraizada no tecido social, constitui-se como um fenômeno que atravessa diferentes instituições sociais, manifestando-se também no contexto escolar por meio de práticas, discursos e decisões institucionais que podem produzir desigualdades entre os sujeitos. Considerando o papel da escola na formação moral e na construção de valores que orientam a convivência social, este estudo teve como objetivo analisar as concepções de diretores escolares acerca do valor do respeito e sua relação com o racismo no ambiente escolar, à luz da Epistemologia Genética. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida com 12 diretoras de escolas públicas. A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas e o material empírico foi analisado a partir da análise de conteúdo. Os resultados indicaram que o respeito é amplamente reconhecido pelos participantes como valor fundamental para a convivência escolar, sendo frequentemente associado à aceitação das diferenças, à empatia e ao reconhecimento da dignidade do outro. Contudo, observou-se que, na maioria das falas, o racismo foi compreendido predominantemente em sua dimensão individual, associado a atitudes discriminatórias ou à falta de caráter, com menor reconhecimento de suas dimensões estruturais e institucionais. Conclui-se que, embora o respeito seja valorizado no discurso dos gestores, sua articulação com uma compreensão mais ampla do racismo ainda se apresenta de forma limitada, indicando a necessidade de ampliar processos formativos que favoreçam reflexões críticas sobre as desigualdades raciais no contexto escolar.

Palavras-chave: racismo; respeito; desenvolvimento sociomoral; gestão escolar; Epistemologia Genética.

RACISM AND RESPECT IN THE SCHOOL CONTEXT: SCHOOL PRINCIPALS' CONCEPTIONS IN LIGHT OF GENETIC EPISTEMOLOGY

Abstract

¹Mestra em Educação pelo Programa de Pós- Graduação na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Diretora de Escola no município de Presidente Prudente- SP. E-mail: sabrina.l.ramos@uel.br

²Pós-doutora em Educação, doutora em Educação e mestre em Psicologia Educacional. É professora e orientadora no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina. Suas pesquisas acolhem, dentre outras temáticas, estudos sobre preconceito, discriminação, fracasso escolar e convivência ética e respeitosa no ambiente escolar. E-mail: francismara@uel.br



Racism, as a structure deeply rooted in the social fabric, constitutes a phenomenon that permeates different social institutions, also manifesting itself in the school context through practices, discourses, and institutional decisions that may produce inequalities among individuals. Considering the role of the school in moral formation and in the construction of values that guide social coexistence, this study aimed to analyze school principals' conceptions of the value of respect and its relationship with racism in the school environment, in light of Genetic Epistemology. This research adopts a qualitative approach and was conducted with 12 principals from public schools. Data were produced through semi-structured interviews, and the empirical material was analyzed using content analysis. The results indicated that respect is widely recognized by the participants as a fundamental value for school coexistence, often associated with the acceptance of differences, empathy, and the recognition of the dignity of others. However, it was observed that, in most statements, racism was predominantly understood in its individual dimension, associated with discriminatory attitudes or lack of character, with less recognition of its structural and institutional dimensions. It is concluded that, although respect is valued in the discourse of school leaders, its articulation with a broader understanding of racism remains limited, indicating the need to expand educational processes that promote critical reflection on racial inequalities in the school context.

Keywords: racism; respect; sociomoral development; school management; Genetic Epistemology.

RACISMO Y RESPETO EN EL CONTEXTO ESCOLAR: CONCEPCIONES DE LOS DIRECTORES A LA LUZ DE LA EPISTEMOLOGÍA GENÉTICA

Resumen

El racismo, como una estructura arraigada en el tejido social, constituye un fenómeno que atraviesa diferentes instituciones sociales, manifestándose también en el contexto escolar mediante prácticas, discursos y decisiones institucionales que pueden producir desigualdades entre los sujetos. Considerando el papel de la escuela en la formación moral y en la construcción de valores que orientan la convivencia social, este estudio tuvo como objetivo analizar las concepciones de directores escolares acerca del valor del respeto y su relación con el racismo en el ambiente escolar, a la luz de la Epistemología Genética. Se trata de una investigación de enfoque cualitativo, desarrollada con 12 directoras de escuelas públicas. La producción de datos se realizó mediante entrevistas semiestructuradas y el material empírico fue analizado a partir del análisis de contenido. Los resultados indicaron que el respeto es ampliamente reconocido por las participantes como un valor fundamental para la convivencia escolar, siendo frecuentemente asociado con la aceptación de las diferencias, la empatía y el reconocimiento de la dignidad del otro. No obstante, se observó que, en la mayoría de los discursos, el racismo fue comprendido



predominantemente en su dimensión individual, asociado a actitudes discriminatorias o a la falta de carácter, con menor reconocimiento de sus dimensiones estructurales e institucionales. Se concluye que, aunque el respeto es valorado en el discurso de las gestoras escolares, su articulación con una comprensión más amplia del racismo aún se presenta de forma limitada, lo que indica la necesidad de ampliar procesos formativos que favorezcan reflexiones críticas sobre las desigualdades raciales en el contexto escolar.

Palabras clave: racismo; respeto; desarrollo sociomoral; gestión escolar; Epistemología Genética.

1. Introdução

A escola, enquanto instituição de ensino e espaço de socialização, configura-se como um ambiente privilegiado não só para a formação cognitiva do sujeito, mas também como espaço de formação ética e moral. É nesse contexto que valores como respeito, igualdade, cooperação e justiça são vivenciados e legitimados nas interações cotidianas entre alunos, professores, funcionários, gestores e comunidade escolar. Diante desse contexto, em que a presença de valores na escola é incontestável, e La Taille, Silva e Justo (2006) enfatizam que a discussão não deve estar pautada se a escola deve ou não trabalhar valores, mas sim quais valores trabalhar e como fazê-los. No entanto, essas interações não ocorrem em um espaço vazio e são atravessadas por desigualdades perpetuadas historicamente, entre as quais se destaca o racismo estrutural operando de maneira, muitas vezes, silenciosa e persistente, inclusive no ambiente escolar.

O racismo estrutural manifesta-se para além de atitudes individuais ou episódios explícitos de discriminação. Configura-se como um sistema organizado de hierarquização que naturaliza desigualdades e não reconhece a dignidade de determinados grupos racializados enquanto sujeitos de direitos (Carvalho; Pinheiro, 2023). Para além de suas manifestações explícitas, compreender o racismo em sua complexidade implica considerar também os efeitos psicológicos e emocionais que ele produz sobre os sujeitos que o vivenciam.

Nesse sentido, a análise do fenômeno não pode restringir-se a episódios isolados de discriminação, sendo necessário examinar criticamente as estruturas sociais que sustentam e reproduzem desigualdades, bem como os modos pelos quais essas dinâmicas incidem sobre as experiências individuais e coletivas. Nessa perspectiva, Souza (2021, p. 50) destaca que “apenas desse modo poderemos compreender o racismo ou os racismos como um processo de distorção, repressão e negação de demandas morais consideradas justas no contexto de uma sociedade concreta”. Tal reflexão permite compreender o racismo não apenas como um problema social, mas também como um fenômeno

que envolve dimensões éticas e morais, uma vez que implica a negação da dignidade e do reconhecimento de determinados grupos sociais.

No contexto escolar, a lógica operacional do racismo pode se expressar por meio de práticas, discursos e decisões institucionais que, mesmo se apresentando como neutras, produzem efeitos desiguais sobre os sujeitos. Nesse cenário, torna-se fundamental compreender como os valores que orientam a convivência escolar são compreendidos pelos sujeitos envolvidos no cotidiano escolar.

A Epistemologia Genética oferece um referencial teórico consistente para a análise dessas questões, ao compreender o desenvolvimento sociomoral como um processo construído nas interações sociais e nas relações estabelecidas com as normas e as regras (Freitas, 2003). Compreendida como um conjunto de relações sociais, a convivência em sociedade permite que existam múltiplas relações e intermediárias entre a coação e a cooperação. Isso ocorre porque, na realidade, não há relações que sejam exclusivamente coativas ou totalmente baseadas na cooperação. Esses dois tipos de relação social, conforme pondera Freitas (2003), dão origem a diferentes formas de respeito.

Nessa perspectiva, o valor do respeito ocupa um lugar central, pois pode assumir formas distintas conforme a qualidade das relações sociais. Para Piaget (1994) há duas formas de respeito: sendo o respeito unilateral que ocorre em situações de coação, onde a criança segue as regras não por compreensão, mas por obrigação ou imposição externa já que o adulto não está sujeito a obrigações semelhantes, não seguindo ou obedecendo a ordens da criança, se fosse o caso; e o respeito mútuo que é caracterizado pela reciprocidade, com as normas sociais sendo vistas como ferramentas de promoção para uma convivência justa e harmoniosa. Esse tipo de respeito é essencial para o desenvolvimento da moralidade autônoma, em que os indivíduos internalizam as regras com base na compreensão e na aceitação dos princípios éticos, e não por pressão externa. Assim, a análise das concepções de respeito permite compreender não apenas as formas como se estabelece a convivência escolar, mas também as condições que favorecem ou limitam o enfrentamento de práticas estruturais racistas.

Apesar do avanço das pesquisas sobre racismo e educação, observa-se ainda uma lacuna no que se refere à articulação entre racismo estrutural, desenvolvimento sociomoral e concepções de gestores escolares, especialmente à luz da Epistemologia Genética. Boa parte dos estudos concentra-se nas práticas pedagógicas ou nas experiências dos estudantes, deixando em segundo plano o papel da gestão escolar como instância moral e organizadora das relações institucionais. Considerando que os diretores escolares exercem função central na definição de normas, intervenção diante de conflitos, orientação das práticas educativas e articulação entre os personagens do cotidiano escolar (Paro, 2015), torna-se relevante investigar como esses sujeitos compreendem o valor do respeito e sua relação com o racismo no cotidiano escolar.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as concepções de diretores escolares sobre o valor do respeito, articulando-as ao conceito de racismo estrutural, à luz da Epistemologia Genética. Trata-se de um

estudo empírico com aporte teórico e o recorte de uma dissertação de mestrado, que busca contribuir para o campo da educação ao evidenciar como determinadas compreensões sociomoraís podem reforçar relações heterônomas ou, ao contrário, favorecer a construção de práticas institucionais comprometidas com uma educação antirracista e com o desenvolvimento da autonomia moral no contexto escolar.

2. Racismo Estrutural e as Relações Escolares

Compreender o racismo exige o rompimento de barreiras para que se possa ultrapassar interpretações que o reduzam a atitudes individuais ou à manifestações pontuais ou esporádicas. Porém, reconhecer sua existência não significa, necessariamente, compreender os mecanismos sociais e históricos que o sustentam. Nesse sentido, Souza (2021, p. 56) alerta que “para que entendamos o racismo é necessário entender, antes de tudo, o que ele reprime e destrói nas pessoas”. Tal afirmação reforça que a análise do racismo demanda considerar não apenas suas manifestações externas, mas também os efeitos sociais, morais e emocionais produzidos sobre os sujeitos que vivenciam processos de discriminação.

Nessa perspectiva, o racismo pode ser compreendido como um fenômeno que ultrapassa comportamentos individuais, constituindo-se como um sistema de organização social que produz hierarquias entre grupos racializados. De acordo com Munanga (2015), o racismo opera a partir da construção social da ideia de raça, estabelecendo relações desiguais de poder e legitimando processos de inferiorização e exclusão. A noção de raça, nesse contexto, não se sustenta em fundamentos biológicos, mas em significados históricos e culturais que passaram a estruturar formas de classificação social.

A compreensão do racismo como fenômeno complexo implica, ainda, em reconhecer sua dimensão moral e social. Para Souza (2021, p. 49), “compreender o racismo requer analisar as formas históricas de moralidade e as concepções de justiça presentes na sociedade, pois são essas concepções que orientam os comportamentos sociais e políticos”. Essa perspectiva amplia a compreensão do racismo ao evidenciar que suas manifestações não se restringem a atitudes explícitas de discriminação.

Conforme Cavalleiro (2024), o racismo pode se manifestar em diferentes níveis — individual, institucional e cultural — revelando o caráter multifacetado do fenômeno. No plano individual, o racismo manifesta-se em atitudes de hostilidade e inferiorização de grupos racializados; no plano institucional, materializa-se em normas, práticas e políticas que restringem direitos e oportunidades; e, no plano cultural, expressa-se na valorização de determinadas referências culturais em detrimento de outras.

No plano institucional, o racismo pode operar de forma silenciosa e persistente, mesmo quando não se apresenta de maneira explícita. Essa

dinâmica pode ser observada, por exemplo, na predominância de referências eurocêntricas nos currículos escolares ou em práticas institucionais que produzem desigualdades no tratamento de estudantes racializados. Nessa direção, Bento (2022, p. 78) destaca que o racismo institucional pode estar presente em “práticas aparentemente neutras no presente, mas que refletem ou perpetuam o efeito de discriminações praticadas no passado”. Isso evidencia que o racismo não se configura apenas como um desvio individual, mas como parte de processos históricos que moldaram as instituições sociais e que continuam influenciando suas práticas e normas.

Desse modo, essa perspectiva torna-se particularmente relevante, uma vez que a escola, embora possa reproduzir desigualdades sociais, também possui potencial para atuar como espaço de resistência, reflexão crítica e transformação social. Reconhecer a presença do racismo no cotidiano escolar constitui, portanto, um passo fundamental para a construção de práticas educativas comprometidas com a promoção da igualdade e do reconhecimento da dignidade do outro.

Nesse contexto, torna-se necessário compreender como valores que orientam a convivência escolar são construídos e mobilizados nas relações institucionais. Considerando que o racismo implica a negação do reconhecimento e da dignidade de determinados grupos, a análise das dimensões éticas e morais presentes no cotidiano escolar revela-se fundamental para compreender as possibilidades de enfrentamento do fenômeno. Entre esses valores, destaca-se o respeito, cuja construção nas relações sociais constitui um elemento central para a promoção de práticas educativas comprometidas com o reconhecimento mútuo e com a superação de desigualdades.

2.2 Desenvolvimento sociomoral e o valor do respeito

A compreensão do racismo enquanto fenômeno estrutural exige não apenas a identificação de práticas discriminatórias, mas também a análise dos processos pelos quais valores, crenças e formas de interpretar o mundo são construídos socialmente. Segundo Piaget (1994), os valores morais não são inatos nem resultam exclusivamente de processos de transmissão. Eles se desenvolvem a partir das experiências vividas pelos sujeitos em suas relações com os outros e com as regras sociais. Essa perspectiva permite compreender que normas, valores e também preconceitos podem ser internalizados, transformados ou questionados ao longo do desenvolvimento, dependendo das condições sociais e educativas nas quais os indivíduos estão inseridos.

A partir desse entendimento, a escola assume papel relevante na formação moral dos sujeitos. Para além de seu papel na transmissão de conhecimentos, a instituição escolar constitui um espaço de socialização no qual valores são constantemente mobilizados nas interações entre estudantes, professores, gestores e demais membros da comunidade escolar.

Nessa direção, Thomas *et al.* (2021) ressaltam que valores como respeito e justiça não devem ser apenas transmitidos como normas abstratas, mas precisam ser trabalhados como objetos de reflexão nas relações escolares que, também, implica em criar situações pedagógicas que permitam aos estudantes discutir, compreender e experimentar esses valores nas interações cotidianas. Assim, a escola pode se constituir como espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma consciência moral capaz de orientar práticas sociais mais justas.

No campo da psicologia moral, Piaget (1994) investigou como as crianças constroem seu juízo moral ao compreender e aplicar regras sociais. O autor identificou três momentos no desenvolvimento moral: a anomia, caracterizada pela ausência de compreensão sistemática das regras; a heteronomia, marcada pela obediência às normas impostas pela autoridade; e a autonomia, etapa em que as regras passam a ser compreendidas como resultado de acordos coletivos e orientadas por princípios de reciprocidade e justiça.

A moral heterônoma está associada a relações sociais baseadas na coação, nas quais a obediência às regras ocorre principalmente em função da autoridade de quem as impõe. Nesse contexto, o sujeito tende a seguir normas sem refletir criticamente sobre seu significado. Conforme explica Freitas (2003), a heteronomia resulta de relações em que a regulação da conduta provém de uma instância externa ao sujeito, como adultos ou instituições.

Já a moral autônoma se desenvolve em contextos de cooperação, nos quais os indivíduos participam da construção e compreensão das regras que organizam a convivência social. Nesse estágio, as normas deixam de ser percebidas como meras imposições e passam a ser compreendidas como princípios que visam garantir relações mais justas entre os sujeitos. Trata-se, portanto, de um avanço qualitativo no desenvolvimento moral, uma vez que o indivíduo passa a fundamentar suas ações em princípios que reconhece como legítimos.

Com base no exposto pode-se afirmar que, na moral heterônoma há predominância do respeito unilateral, caracterizado pela submissão à autoridade e pela aceitação das normas sem questionamento. Já na moral autônoma emerge o respeito mútuo, fundamentado na reciprocidade e no reconhecimento da dignidade do outro.

Para Piaget (1994), o respeito mútuo constitui um elemento essencial para o desenvolvimento das relações cooperativas, pois permite que os sujeitos considerem o ponto de vista do outro na coletividade. Conforme afirma o autor, “depois do respeito unilateral surge o respeito mútuo; a regra torna-se, deste modo, racional, isto é, produto de um mútuo engajamento” (Piaget, 1994, p. 77). Nesse sentido, respeitar o outro não implica necessariamente concordar com seus posicionamentos, mas reconhecer a legitimidade de seu ponto de vista dentro das relações sociais. Essa compreensão possui implicações significativas para a análise das relações sociais marcadas por desigualdades, como aquelas estruturadas pela presença do racismo.

Sob essa ótica, portanto, o racismo pode ser compreendido como uma forma de organização social que impede que se estabeleçam relações pautadas no respeito mútuo, pois perpetua hierarquias que negam a reciprocidade entre os sujeitos. A superação dessas relações exige a construção de práticas mais avançadas de moralidade, nas quais os sujeitos sejam capazes de questionar normas e práticas que reproduzem desigualdades. Para tanto, a escola pode desempenhar papel decisivo na construção de valores sociomoraes que sustentem relações sociais mais justas. Ao promover experiências de convivência baseadas na cooperação e no reconhecimento da dignidade do outro, a escola contribui para a formação de sujeitos capazes de questionar hierarquias sociais naturalizadas e de atuar no enfrentamento das desigualdades raciais.

Assim, à luz da Epistemologia Genética, a promoção do respeito mútuo no cotidiano escolar constitui um elemento fundamental para a construção de práticas educativas comprometidas com uma educação antirracista efetiva, pois ao favorecer o desenvolvimento da autonomia moral e da capacidade de reconhecer o outro em sua dignidade, a escola pode contribuir para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na transformação das estruturas sociais que sustentam a desigualdade.

2.3 Gestão escolar e o enfrentamento ao racismo

A escola, enquanto instituição social responsável pela formação dos sujeitos, constitui-se também como espaço de transmissão e construção de valores que orientam a convivência em sociedade. Ainda que essa transmissão de valores nem sempre ocorra de maneira intencional, as práticas escolares influenciam diretamente a forma como os indivíduos compreendem as relações sociais e lidam com as diferenças. Nesse sentido, Marques, Tavares e Menin (2017) destacam que, embora não seja a única responsável pela formação moral dos estudantes, a escola desempenha papel relevante na socialização de valores.

Tal ponderação revela que o ambiente escolar pode tanto contribuir para a reprodução de desigualdades quanto atuar como espaço de resistência na promoção de princípios éticos voltados ao respeito e ao reconhecimento da dignidade do outro. Nesse contexto, a gestão escolar assume papel estratégico, especialmente por meio da atuação do diretor, cuja função ultrapassa a dimensão administrativa e envolve responsabilidades pedagógicas e sociais.

De acordo com Boccia, Dabul e Lacerda (2013), o gestor educacional deve ser compreendido não apenas como administrador responsável pela organização da escola, mas também como educador comprometido com o bem-estar dos estudantes e com a qualidade das relações estabelecidas no ambiente escolar. Essa perspectiva amplia o entendimento sobre a gestão escolar, deslocando-a de uma atuação meramente burocrática para uma liderança pedagógica que participa ativamente da construção da cultura institucional da escola. Souza

(2023) ressalta que os desafios da gestão escolar exigem a superação de uma visão centralizadora da função do diretor, compreendendo a gestão como um processo coletivo. A construção de práticas participativas favorece o envolvimento de professores, estudantes, famílias e demais profissionais da escola nas decisões institucionais, fortalecendo a parceria e a responsabilidade compartilhada na organização do trabalho educativo.

Nesse processo, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) assume papel fundamental ao expressar os princípios e objetivos que orientam o trabalho da escola. Sua construção coletiva possibilita que a comunidade escolar reflita sobre suas práticas e estabeleça compromissos voltados à promoção de uma educação mais justa e inclusiva (Boccia; Dabul; Lacerda, 2013).

No que se refere ao enfrentamento do racismo, integrar uma perspectiva antirracista às práticas escolares demanda mais do que a formalização de princípios em documentos institucionais. Conforme destaca Cavalleiro (2024), a promoção de uma educação antirracista requer o reconhecimento da diversidade presente na escola e o compromisso dos profissionais da educação com a superação de práticas discriminatórias que se manifestam nas relações cotidianas, nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, a gestão escolar desempenha papel fundamental ao articular ações que promovam o diálogo, a participação e a valorização da diversidade no cotidiano da escola. Ao favorecer espaços coletivos de reflexão e decisão, o gestor contribui para a construção de uma cultura institucional comprometida com o respeito mútuo e com o enfrentamento das desigualdades raciais. Assim, a atuação do diretor escolar ultrapassa a esfera administrativa e assume uma dimensão pedagógica e ética, tornando-se elemento central na promoção de práticas educativas voltadas à construção de uma educação antirracista comprometida e emancipadora.

3. Metodologia

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que buscou compreender concepções atribuídas pelos sujeitos às suas experiências e práticas no contexto escolar. Foi desenvolvido com 12 diretoras escolares atuantes na rede pública de ensino, considerando que esses profissionais ocupam posição estratégica na organização das práticas pedagógicas e na condução das relações institucionais no ambiente escolar.

A escolha desses participantes fundamenta-se na compreensão de que a gestão escolar exerce papel relevante na construção de culturas institucionais comprometidas com valores democráticos, com a promoção do respeito e com o enfrentamento das desigualdades presentes no contexto educativo.

A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, instrumento que, de acordo com Lüdke e André (2022), possibilita ao pesquisador explorar determinados temas previamente definidos, ao mesmo

tempo em que permite aos participantes expressar suas percepções, experiências e interpretações sobre o objeto investigado. Esse tipo de entrevista favorece a construção de um diálogo mais aberto entre pesquisador e participante, permitindo aprofundar questões relacionadas às práticas de gestão e às concepções acerca do racismo no ambiente escolar.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em momentos previamente agendados, garantindo condições adequadas para a participação dos sujeitos e para o registro das informações. Mediante autorização das participantes, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, possibilitando a organização sistemática do material para análise.

Para o tratamento dos dados foi utilizada a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). Esse percurso metodológico permitiu examinar o material produzido nas entrevistas por meio de um processo sistemático de interpretação, possibilitando identificar sentidos, recorrências e significados presentes nos discursos das participantes. Das respostas obtidas emergiram eixos de análise que emergiram da leitura dessas respostas e que, neste artigo, permitiram identificar correspondências temáticas em como as diretoras compreendem o conceito de racismo e respeito no cotidiano escolar.

A pesquisa respeitou os princípios éticos que orientam pesquisas com seres humanos, sendo submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer nº 7.128.193, garantindo a confidencialidade dos dados e das participantes e a utilização das informações exclusivamente para fins acadêmicos. Assim, suas identidades foram preservadas mediante o uso de códigos identificadores (D1 à D12) ao longo da apresentação e discussão dos resultados.

4. Resultados e discussões

Os resultados e as discussões aqui apresentados buscaram compreender como as participantes concebem o respeito e como essas concepções se manifestam em suas práticas escolares. O enfoque foi perceber se as participantes articulam as ideias de respeito com as de racismo, identificando especialmente se promovem o respeito mútuo como instrumento para o enfrentamento ao racismo estrutural no ambiente escolar.

4.1 Eixo de análise: O respeito como valor sociomoral e sua relação com o racismo

Entre as concepções apresentadas sobre o respeito e sua relação com o racismo, algumas participantes definiram-no como aceitação ou tolerância das diferenças. D1, por exemplo, afirma que respeito consiste em “não agredir as outras pessoas porque pensam, agem ou são diferentes da gente”,

acrescentando que “aceitar o jeito, a aparência e a cor da outra pessoa” faz parte dessa postura. Essa fala revela uma compreensão de respeito que ultrapassa a simples obediência às normas, aproximando-se da ideia de reconhecimento da dignidade do outro mesmo diante de divergências. Tal entendimento dialoga com a noção de respeito mútuo discutida por Piaget (1994), na qual as relações se estruturam a partir da reciprocidade e da consideração pelo outro.

A fala de D1 permite, ainda, problematizar um aspecto comum no contexto escolar, no qual o respeito é frequentemente associado à cordialidade e à convivência pacífica, sem necessariamente implicar no enfrentamento das desigualdades existentes. Cabe, nesse sentido, questionar a que tipo de aceitação se refere, uma vez que a ênfase na tolerância pode deslocar o foco da problematização das hierarquias sociais que estruturam o racismo.

Dessa maneira, quando o respeito é enfatizado, principalmente, como aceitação ou tolerância, corre-se o risco de restringi-lo a uma postura passiva diante das desigualdades. Guimarães (2009), Moura (2019) e Bento (2022) ponderam que o racismo estrutura hierarquias sociais que não se desfazem apenas pela convivência cordial. Nesse sentido, práticas escolares que enfatizam apenas a aceitação podem não tensionar ou não problematizar suficientemente as desigualdades raciais que atravessam o cotidiano institucional.

Uma perspectiva semelhante aparece na fala da D6, que relaciona o respeito à formação das crianças desde a primeira infância, destacando a importância de trabalhar noções de aceitação e coletividade desde cedo. [...] “a gente procura trabalhar desde pequeninhos com eles[...]. Porque nessa faixa etária que a gente vai construindo as noções de respeito, de aceitação, de coletividade” (D6). Essa compreensão reforça a relevância da escola como espaço de construção moral, uma vez que as crianças elaboram suas formas de compreender o outro a partir das interações sociais que vivenciam. Nesse caso, a fala da participante aproxima-se da compreensão de que a escola pode favorecer a construção de relações baseadas no respeito mútuo e no reconhecimento da dignidade do outro, especialmente quando tais valores são incorporados de forma contínua às práticas institucionais.

Nesse caso, a fala da participante permite uma aproximação à concepção que valoriza a convivência e aponta para um trabalho contínuo de formação comprometido com a diversidade. Tal perspectiva evidencia que as crianças constroem suas formas de perceber o outro a partir das experiências mediadas pela escola e pelas relações sociais. Além disso, aponta para a presença da temática do racismo no planejamento escolar, conforme indicado pela participante, no trabalho com crianças já na primeira infância sugerindo a possibilidade de consolidação de práticas institucionais que ultrapassam ações pontuais, favorecendo a construção de hábitos e valores incorporados ao cotidiano escolar.

Outro grupo de participantes relacionou o respeito diretamente à dimensão ética do caráter. D4, por exemplo, afirma que o racismo representa “falta de caráter”, associando-o à ideia de superioridade de determinados grupos sobre

outros. Essa compreensão evidencia a percepção do racismo como violação da dignidade humana, aproximando-se da ideia de respeito enquanto reconhecimento do outro como sujeito de direitos.

Contudo, ao situar o racismo predominantemente no campo da moralidade individual, essa interpretação tende a deslocar o fenômeno de sua dimensão estrutural. Conforme argumenta Bento (2022), o racismo não se limita a atitudes individuais, mas está articulado a mecanismos históricos e sociais que produzem e reproduzem desigualdades. A redução do racismo à falta de caráter pode, portanto, relativizar os processos institucionais e culturais que sustentam tais hierarquias.

Também foi perceptível, entre algumas participantes, a compreensão de que respeito e racismo constituem valores antagônicos. Para D7, por exemplo, o racismo ocorre quando um grupo é considerado inferior e, por isso, não é reconhecido como merecedor de respeito. Nessa perspectiva, o respeito aparece como princípio fundamental para a convivência social, indicando o reconhecimento da dignidade de todas as pessoas. De modo semelhante, D11 associa o respeito à empatia e à capacidade de colocar-se no lugar do outro. "Para mim, respeito é, antes de tudo, empatia. É saber se colocar no lugar do outro e tratar as pessoas com dignidade. Respeito é tratar o outro como gostaríamos de ser tratados" (D11). Afirma, ainda, que "Não tem como respeitar alguém e ser racista ao mesmo tempo" (D11). Tal compreensão aproxima-se da concepção de respeito mútuo discutida por Piaget (1994) e La Taille (2009), segundo a qual a autonomia moral se dá pelas relações sociais éticas se fundamentam na reciprocidade e no reconhecimento do outro como sujeito digno.

Ao afirmar que compreende respeito e racismo como conceitos antagônicos, a participante evidencia uma compreensão moral coerente com os fundamentos da moral autônoma, na medida em que reconhece o outro em sua dignidade. No entanto, ainda que tal concepção represente um avanço no discurso apresentado, sua efetivação depende da articulação com práticas institucionais que enfrentem as desigualdades de forma intencional e sistemática.

Apesar dessas aproximações conceituais com a moral autônoma, a análise das entrevistas revelou que, na maioria dos casos, o racismo foi compreendido predominantemente em sua dimensão individual. Apenas em algumas falas foi possível identificar reflexões que apontassem para o reconhecimento de suas dimensões institucionais ou estruturais tanto do respeito quanto do racismo. Essa limitação sugere que, embora o respeito seja amplamente reconhecido como valor moral relevante, sua articulação com uma compreensão mais ampla do racismo ainda se apresenta de maneira incipiente.

De modo geral, as concepções de respeito apresentadas pelas diretoras revelam diferentes níveis de compreensão, oscilando entre interpretações mais próximas da moral heterônoma e outras que indicam aproximações com a moral autônoma. Esse resultado evidencia que o respeito, enquanto valor sociomoral, pode constituir importante elemento na promoção de uma educação antirracista,

desde que seja articulado a processos reflexivos capazes de problematizar as estruturas sociais que produzem e mantêm as desigualdades raciais.

Assim, a promoção do respeito no contexto escolar não pode limitar-se à valorização da convivência harmoniosa ou à tolerância das diferenças. Para que se configure como princípio efetivo de enfrentamento ao racismo, é necessário que esteja associado à reflexão crítica sobre as hierarquias raciais historicamente constituídas, favorecendo a construção de relações pautadas na reciprocidade, na justiça e no reconhecimento da dignidade humana.

5. Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar as concepções de diretores escolares acerca do valor do respeito e sua relação com o racismo no contexto escolar. Partiu-se da compreensão de que os sujeitos que ocupam posições de liderança na escola exercem papel relevante na organização das relações e na promoção de valores que orientam a convivência no ambiente educativo.

Os resultados evidenciaram que o respeito é amplamente reconhecido pelas participantes como um valor moral fundamental para a convivência escolar. As falas analisadas indicaram diferentes formas de compreensão desse valor, variando desde interpretações associadas à aceitação e à tolerância das diferenças até concepções que o vinculam ao reconhecimento da dignidade do outro e à importância da reciprocidade nas relações sociais.

Apesar dessas aproximações com uma compreensão mais profunda do respeito enquanto valor moral, a análise das entrevistas revelou limites importantes na articulação entre esse valor e a compreensão do racismo enquanto fenômeno estrutural. Na maior parte dos discursos, o racismo foi interpretado predominantemente em sua dimensão individual, sendo associado à falta de respeito, à ausência de caráter ou a atitudes discriminatórias pontuais. Embora tais interpretações reconheçam a dimensão ética do problema, elas tendem a restringir a compreensão de sua complexidade ao não considerar plenamente os processos históricos e institucionais que sustentam e perpetuam as desigualdades raciais.

Tal aspecto evidencia a necessidade de se ampliar as reflexões no campo da gestão escolar sobre as diferentes dimensões do racismo e suas implicações no contexto escolar. Quando compreendido apenas como atitude individual, o enfrentamento ao racismo tende a ocorrer por meio de intervenções pontuais. Por outro lado, quando reconhecido em sua dimensão estrutural, torna-se possível desenvolver práticas institucionais mais amplas e intencionais, capazes de problematizar desigualdades presentes nas relações escolares.

Nesse contexto, o respeito pode constituir um importante instrumento na construção de práticas educativas comprometidas com uma educação antirracista. Contudo, para que esse potencial se efetive, é necessário que o respeito seja compreendido para além da ideia de convivência harmoniosa ou

tolerância das diferenças, assumindo uma dimensão ética que envolva reciprocidade, diálogo e reconhecimento do outro como sujeito de direitos. Considerando o papel estratégico da gestão escolar na organização das relações no contexto escolar, as concepções apresentadas podem influenciar significativamente a construção da cultura escolar. Desse modo, fortalecer processos de reflexão e formação que abordem criticamente o racismo e os valores que orientam a convivência escolar pode contribuir para que a escola amplie seu potencial como espaço de reflexão, cooperação e promoção da equidade e do reconhecimento da dignidade humana.

Por fim, este estudo busca contribuir para o campo da educação ao evidenciar a importância de articular as discussões sobre racismo, desenvolvimento sociomoral e gestão escolar. Ao destacar o respeito como valor sociomoral nas relações escolares, reforça-se a necessidade de práticas institucionais que ultrapassem o discurso da tolerância e avancem na construção de uma cultura escolar comprometida com a justiça, a equidade e o reconhecimento pleno de todos os sujeitos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ed., 2022.

BOCCIA, Margarete. Bertolo; DABUL, Marie Rose; LACERDA, Sandra da Costa (org.). **Gestão Escolar em destaque**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

CARVALHO, Joana; PINHEIRO, Ubiratan. **O Racismo Estrutural e a educação como política pública afirmativa**: Leis 10.639/2003, 11.645/2008, 12.711/2012 e o PL 34.22/2021. Rio de Janeiro, 2023.

CAVALLEIRO, Eliane. (org.) **Racismo e Antirracismo na educação**: Repensando a nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2024.

FREITAS, Lia. **A moral na obra de Jean Piaget**: um projeto inacabado. São Paulo: Cortez, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LA TAILLE, Yves de; SILVA, Nelson Pedro; JUSTO, José Sterza. **Indisciplina/disciplina**: ética, moral e ação do professor. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.



LA TAILLE, Yves de. **Formação ética**: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LÜDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. 2. ed., Rio de Janeiro: E. P. U., 2022.

MARQUES, C.; TAVARES, M.; MENIN, M. S. **Valores sociomoraís**. Americana: Adonis, 2017.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxGPWdcytJgSnNKJQ7dMVGz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 fev. 2026.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor Escolar**: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. Tradução: Elzon Lenardon. 4.ed. São Paulo: Summus, 1994.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Suzy Vieira Março de. **Gestão Escolar**: Concepções e práticas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023.

THOMAS, Silvana.; *et al.* Construção de Valores Sociomoraís no Contexto Escolar: intervenção pedagógica a partir da epistemologia genética. In: JÚNIOR, Sidney Lopes Sanchez. *et al.* (org.). **Interfaces pedagógicas da teoria de Jean Piaget**. Curitiba: CRV, v. 1, p. 145-158, 2021.

Responsabilidade Editorial: Célia Regina de Carvalho.
Recebido em: 11 de março de 2026.
Aceito em: 29 de abril de 2026.
Publicado em: 31 de julho de 2026.